

## PARECER/2023/80

### I. Pedido

1. A Direção-Geral da Política de Justiça solicitou em 21 de julho de 2023 à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) a emissão de parecer sobre a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera as Diretivas 2009/102/CE e (EU) 2017/1132 respeitante ao reforço da generalização e modernização da utilização de ferramentas e processos digitais (doravante Proposta de Diretiva).

2. A CNPD emite parecer no âmbito das suas atribuições e competências enquanto autoridade administrativa independente com poderes de autoridade para o controlo dos tratamentos de dados pessoais, conferidos pelos artigos 57.º, n.º 1, alínea v); 58.º n.º 3, alínea b); ambos do Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (doravante RGPD), em conjugação com o disposto nos artigos 3.º; 4.º n.º 1 e 2; 6.º, n.º 1, alínea a), todos da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que executa na ordem jurídica interna o RGPD (doravante LERGD).

### II. Análise

#### i) O quadro axiológico-normativo de referência

3. O presente Parecer incide apenas nas repercussões da Proposta de Diretiva relativamente aos direitos fundamentais do respeito pela vida privada e da proteção dos dados pessoais, que têm os seus registos normativos, tanto a nível nacional (artigos 26, n.º 1 e 2; 35.º ambos da Constituição), como da União Europeia (artigos 7.º e 8.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia – CDFUE).

4. Mas convoca igualmente a plataforma normativa específica que integra: i) o RGPD e a LERGD; ii) o Regulamento (UE) 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de maio de 2015 relativos aos processos de insolvência; iii) o Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro de 2018 relativo à proteção das pessoas singulares, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados.

5. Nesta conformidade, o presente parecer encontra-se confinado à tutela dos dados pessoais individuais.

6. Assim, da mencionada plataforma normativa legal podemos extrair o seguinte quadro jurídico pertinente para a apreciação da presente Proposta, com destaque para os princípios relativos ao tratamento dos dados pessoais: a) O tratamento dos dados de carácter pessoal deve processar-se no estrito respeito pelos direitos, liberdades e garantias das pessoas singulares, em especial pelo direito à proteção dos dados pessoais (artigo 8.º CDFUE) (legalidade); b) Os dados pessoais são (artigo 5.º, n.º 1 do RGPD): i) Objeto de um tratamento lícito,

leal e transparente (*licitude, lealdade e transparência*); ii) Recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não podendo ser tratados de forma incompatível com essas finalidades (*limitação das finalidades*); iii) Adequados, pertinentes e limitados ao mínimo necessário à prossecução das finalidades para as quais são tratados (*minimização dos dados*); iv) Exatos e atualizados sempre que necessário, devendo ser tomadas todas as medidas razoáveis para que os dados inexatos sejam apagados ou retificados sem demora (*exatidão dos dados*); v) Conservados de forma a permitir a identificação dos titulares dos dados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados (*limitação da conservação*); vi) Tratados de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidentais, recorrendo a medidas técnicas ou organizativas adequadas (*integridade e confidencialidade*); c) O responsável pelo tratamento deve adotar as medidas que lhe permitam comprovar que o tratamento de dados pessoais é realizado em conformidade com os princípios enunciados (artigo 5.º, n.º 2 do RGPD) (*responsabilidade*).

## **ii) O desenho legal proposto e a sua sustentabilidade**

7. A Proposta de Diretiva inicia-se com uma longa exposição de motivos, com o seguinte catálogo: 1. O contexto da proposta, através da enunciação das suas razões e objetivos, a coerência com as disposições existentes da respetiva política sectorial, a sua coerência com outras políticas da União; 2. A base jurídica, subsidiariedade e proporcionalidade; 3. Os resultados das avaliações ex post, das consultas das partes interessadas e das avaliações de impacto, tendo estas sido dirigidas para as opções estratégicas de disponibilizar mais dados das sociedades nos registos comerciais e/ou no BRIS, a interconexão do BRIS a outros sistemas de interconexão dos registos a nível da EU e permitir melhores pesquisas, a utilização transfronteiriça direta dos dados das sociedades constantes dos registos comerciais em situações transfronteiriças; 4. Incidência orçamental; 5. Outros elementos, os quais abrangem os planos de execução e acompanhamento, avaliação e prestação de informações, os documentos explicativos e a explicação pormenorizada das disposições específicas da proposta.

8. Da exposição de motivos da Proposta de Diretiva e para melhor compreender o seu desígnio legislativo, consideramos oportuno sobressair duas das suas passagens.

9. A primeira onde refere que “A presente proposta visa abordar a evolução da digitalização e da tecnologia, que alteraram substancialmente o método de funcionamento dos registos comerciais e a forma como esses registos, as sociedades e as autoridades públicas interagem em questões relacionadas com o direito das sociedades”.

10. A segunda afirmando que “A presente proposta contribuirá para a criação de um mercado único mais integrado e digitalizado e resultará numa redução dos encargos administrativos para as sociedades, estimada em cerca de 437 milhões de EUR por ano. Também limitará novos encargos, na medida do possível, ao basear-se nos registos comerciais nacionais e na sua interconexão através do Sistema de Interconexão dos Registos das Empresas (BRIS)<sup>4</sup>, tendo simultaneamente em conta os diferentes sistemas e tradições jurídicas nacionais”.

11. Na sustentabilidade jurídico-normativa menciona o seguinte: “A proposta facilitará a aplicação do direito de estabelecimento em todos os Estados-Membros, conforme previsto no artigo 15.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Prevê-se um impacto positivo em sociedades que beneficiem das oportunidades oferecidas pelo mercado único, em especial no que diz respeito à liberdade de empresa prevista no artigo 16.º da Carta. A proposta exigirá um determinado tratamento de dados pessoais, incluindo a respetiva divulgação, que interferirá com o direito à proteção da vida privada, conforme previsto no artigo 7.º, e com o direito à proteção de dados pessoais, conforme previsto no artigo 8.º da Carta dos Direitos Fundamentais da EU”.

12. A Proposta de Diretiva encontra-se sistematizada através dos seus considerandos, seguindo-se as alterações à Diretiva 2009/102/CE (artigo 1.º) e à Diretiva (UE) 2017/1132 (artigo 2.º), a transposição (artigo 3.º), a apresentação de relatórios e revisão (artigo 4.º) a data da entrada em vigor (artigo 5.º) e os destinatários (artigo 6.º).

### **iii) O possível impacto da Proposta na proteção dos dados pessoais**

13. As normas da Proposta de Diretiva apenas têm repercussões a nível mediato na proteção dos dados pessoais, porquanto a sua disciplina é vocacionada para as sociedades comerciais.

14. A European Data Protection Supervisor (doravante EDPS), através da sua Opinião 6/2018, de 26 de julho de 2018 e relativamente a esta Proposta de Diretiva (acessível em [https://edps.europa.eu/data-protection/our-work/our-work-by-type/opinions\\_en](https://edps.europa.eu/data-protection/our-work/our-work-by-type/opinions_en)), emitiu as seguintes recomendações:

- (1) aproveitar a oportunidade da revisão da Diretiva (UE) 2017/1132 relacionada com o BRIS para considerar cautelosamente as recomendações apresentadas no seu parecer anterior de 2011;
- (2) ter em conta as recomendações específicas que foram apresentadas no seu parecer anterior sobre a proposta de Regulamento relativo à criação de um Portal Digital Único e o «princípio da declaração única»;
- (3) aditar uma referência ao novo regulamento que brevemente substituirá o Regulamento (CE) n.º 45/2001;

- (4) certificar-se que a Proposta especifica o quadro para os fluxos de dados e procedimentos de cooperação administrativa utilizando a rede eletrónica, a fim de assegurar que (i) qualquer intercâmbio de dados ou outra atividade de tratamento de dados que utilize a rede eletrónica (por exemplo, divulgação pública de dados pessoais através da plataforma/ponto de acesso comum) é realizado numa base jurídica sólida e que (ii) sejam prestadas garantias adequadas de proteção de dados, em especial no atinente aos dados pessoais relativos à inibição de administradores;

15. A CNPD reitera e sublinha estas recomendações de modo a respeitar o núcleo essencial dos direitos à vida privada e à proteção dos dados pessoais (artigo 52.º, n.º 1 CDFUE).

### III. CONCLUSÕES

16. Nos termos e com os fundamentos acima expostos, a CNPD emite o presente parecer, reiterando as recomendações da EDPS assinaladas em 14.

Aprovada na reunião de 16 de agosto de 2023

Assinado por: **PAULA CRISTINA MEIRA LOURENÇO**  
Data: 2023.08.16 20:23:14+01'00'  
Certificado por: **Diário da República Eletrónico**  
Atributos certificados: **Presidente - Comissão Nacional de Proteção de Dados**



Paula Meira Lourenço (Presidente)